

ATA N.º 2/2023
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM
28 DE ABRIL DE 2023

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas e quinze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de vinte e um de abril do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1** - Apreciação da Atividade Municipal;
- Ponto 2** - Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2022;
- Ponto 3** - Análise, discussão e votação da participação do Município de S. João da Pesqueira, no Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro e respetiva delegação de competências;
- Ponto 4** - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Núcleo Local de Inserção.

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a sessão dando as boas Vindas a todos os presentes, apresentando os cumprimentos ao Executivo, na pessoa do seu Presidente, aos Senhores Membros da Assembleia e aos funcionários que participam na sessão. Dada a ausência do Senhor Tiago Silva pediu à Senhora Suzana Santos para fazer parte da mesa.

A Senhora Suzana Santos procedeu à chamada verificando-se as ausências de: José Fernando dos Santos, Carlos Miguel Carvalho, Cláudia Martins, Marcolina Sequeira e Tiago Silva, os quais apresentaram justificação. O Senhor Vereador Vítor Sobral e o Senhor Deputado Teófilo Anjos irão apresentar justificação.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira fez-se substituir pela secretária da Junta de Freguesia a Senhora Sandra Maria Lemos Trindade.

Recordou ainda que, no seguimento do convite que foi realizado aos Senhores Presidentes de Junta, a sessão da Assembleia Municipal do mês de junho decorrerá em Riodades.

De seguida, solicitou aos representantes da autarquia eleitos para as várias Comissões e Conselhos Municipais que informassem a Assembleia sobre as reuniões realizadas e temas discutidos.

Como o Senhor Tiago Silva não estava presente foi lida a sua intervenção na participação em reunião do ACES Douro Sul, que se realizou no passado dia 6 de março, a qual fica anexada à presente ata.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia, a dispensa da leitura da Ata n.º 1/2023, de 24 de fevereiro. Nada

havendo em contrário, colocou a ata à apreciação dos membros da Assembleia para eventuais propostas de alteração/correção.

A Senhora Maria de Lourdes apresentou na Mesa um conjunto de correções, as quais foram analisadas pela Mesa e consideradas, com exceção do penúltimo parágrafo, o qual deverá ser objeto de audição da gravação para verificação.

Não havendo mais intervenções sobre a ata, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a mesma a votação, tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor Frederico Selores por não ter estado presente.

O Presidente da Assembleia informou da correspondência recebida, a qual fica arquivada na correspondente pasta para quem a quiser consultar.

Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir sobre assuntos de interesse para o Município. Inscreveram-se a Senhora Maria de Lourdes Costa, o Senhor Vítor Tomé, o Senhor Frederico Selores e o Senhor António Lopes Balça.

A Senhora Lourdes Marinho propôs à Mesa da Assembleia um minuto de silêncio em memória do Senhor Padre Luís Seixeira.

Continuou a sua intervenção, recordando o 25 de Abril, a qual se transcreve:

"25 de Abril Sempre

Comemorar a efeméride do dia 25 de abril é sempre um louvor e agradecimento à coragem dos "Capitães de Abril" que materializaram e nos ofereceram a vivência de um regime democrático, a que não estávamos habituados.

A consolidação desse ato de audácia não foi tão fácil, como hoje se pensa, à distância dos seus 49 anos. O processo de democratização não cai do céu. Democracia é liderar um processo de igualdade que significa liberdade e desenvolvimento pessoal. O desafio continua a ser grande e não podemos deixar que abril estagne. É urgente aprender, pensar, ser e construir um futuro para esta Humanidade partilhada, com "a paz, o pão, a habitação, a saúde, a educação palavras cantadas e tão apregoadas na "Revolução dos Cravos", porque em Democracia todos contam.

Os últimos 49 anos foram um período único na nossa História de desenvolvimento, de melhoria para todos, de melhores condições de vida que, em 1974 ninguém acharia ser possível. Não foi tudo perfeito, mas tem sido uma jornada extraordinária. Que os maus momentos, não nos façam esquecer as conquistas positivas.

A Democracia está, no entanto, a perder terreno, os populismos e uma nova ditadura das maiorias, estão cada vez mais fortes e não param de a empurrar.

O Governo, em contexto de maioria absoluta, mantém uma política de desinvestimento nos serviços públicos, ignorando a importância do Serviço Nacional de Saúde, fazendo um bullying permanente à Escola Pública e aos Professores, a Justiça não funciona, o processo TAP é escandaloso, os casos e casinhos" ...

Continuamos a ter desigualdades evidentes, muita emigração, sinais preocupantes de corrupção, salários baixos, inflação elevada, impostos que pesam na carteira das famílias, baixa produtividade, juros elevados, menor poder de compra e o silêncio contra a violência doméstica, a delinquência, a pedofilia e casos de assédio moral e sexual.

As maiorias absolutas dão estabilidade, dão governabilidade e dão tempo às oposições para se prepararem para ser alternativa, mas não trazem enriquecimento de ideias. Em democracia não podemos evitar tomar posições políticas difíceis, com medo dos resultados eleitorais.

Hoje, não há coragem de afirmar a moderação, no sentido da responsabilidade. Sem bons decisores políticos, não há boas decisões políticas e competência na vida política, tanto no poder como na oposição. A maior parte dos dirigentes políticos podem não ser corruptos, mas a grande maioria é incompetente. A meritocracia dos Secretários de Estado, recentemente escolhidos, e dos altos cargos de Administração, são disso a prova evidente.

O 25 de abril é uma História com muitas narrativas. O nosso dever é que os seus ideais se prolonguem, todos os dias do ano, na tomada de decisões políticas. É também nosso dever transmitir às sucessivas gerações de jovens, para quem o dia da liberdade é uma realidade muito longínqua, a alegria do fim da Ditadura, as canções de esperança e de resistência, os muitos estrangeiros, militares, jornalistas, os curiosos sonhadores que se sentiram atraídos pela Revolução Portuguesa com Cravos nos canos das espingardas e se puseram a caminho para verificar in loco e dizer-lhes que as palavras "não podias votar, não podias expressar-te, não podias ser europeu" foram banidas do nosso vocabulário e das nossas mentes. Temos de continuar a abrir as portas ao mundo livre, tal como a Ucrânia o está a fazer, num contexto de paz social, respeito pelos valores humanistas e no respeito universal pelos Direitos Humanos. A democracia sobrevive mal às alturas de pouca abundância, mais grave ainda, é quando a democracia tem dificuldades de rumo político, quando a perceção é de que a vida vai piorar. Precisamos de coragem política e é nas gerações mais novas que a definição deste futuro pesará. Saibamos honrar o legado conquistado, não esquecendo que vivemos num mundo globalizado onde os valores humanos e as boas práticas se tornam um fator incontornável. 25 de abril sempre e viva o poder democrático.

Aniversário do Partido Socialista

Como democrata não posso deixar de lembrar o dia 17-04-1973 dia da fundação do Partido Socialista. Parabéns pelos 50 anos de luta, pelos direitos democráticos e uma homenagem ao seu principal fundador Dr. Mário Soares. Através da sua intuição política, coragem e determinação de tomar medidas impopulares, para preservar o essencial enfrentou:

- 1 - A luta pela liberdade em 1975 (o golpe de direita a 11 de março, o verão quente do radicalismo do PCP e o 25 de novembro);
- 2 - A integração de Portugal na Comunidade Europeia;
- 3 - A criação do Serviço Nacional de Saúde;

4 - A eleição dos dois primeiros Presidentes da República civis - Dr. Jorge Sampaio e ele próprio.

Homenagem póstuma a Rui Nabeiro

O empresário que não se preocupava só com a acumulação de riqueza, mas também tinha vontade de a partilhar. Um Homem trabalhador bom, simples, justo, solidário e mais preocupado em unir do que em dividir. Foi o exemplo de que através do trabalho, vontade e solidariedade para com os seus colaboradores, um empresário pode vencer a batalha da interioridade. Campo Maior, de vila do interior, passou a ser globalmente conhecida, através da luta e compostura social de um Homem simples. Quando os elogios são sinceros, a homenagem à altura do homenageado é tentar seguir o seu exemplo."

O Senhor Presidente da Assembleia lamentou a morte do Senhor Padre Luís Seixeira, tendo-se seguido um minuto de silêncio.

O Senhor Vítor Tomé interveio cumprimentando os presentes. Felicitou o Executivo pelo projeto da substituição das árvores da Avenida. Disse que a mesma peca por tardia, mas não é culpa deste Executivo, pois as árvores nunca deviam ter sido plantadas na Avenida uma vez que causam muitos problemas. Prosseguiu, em jeito de alerta, dizendo que a Pesqueira não tem solução para dormidas. Deu como exemplo uns visitantes motards noruegueses que andavam a fazer um estudo, chegaram à Pesqueira e não tinham onde dormir. A solução, segundo disse, era ficarem no parque de campismo, mas este estava fechado. Na sua opinião, às 20h, o parque de campismo não devia estar fechado, pois é uma hora normal de chegada, há recursos humanos e, sendo a única solução para dormidas, deveria estar aberto.

O Senhor Frederico Selores cumprimentou os presentes, agradeceu o convite para as comemorações do 25 de abril. Valorizou os discursos dos Senhores Presidentes da Assembleia e Câmara, alegando que se deve atentar nos discursos, embora a democracia tenha problemas, quando aparecem os extremismos. Prosseguiu a sua intervenção, valorizando a estrada da Ferradosa (que disse estar completamente diferente) mas apontou receios em termos de segurança, dizendo que se devia atentar nessa lacuna, pois a estrada, quando tinha buracos, a tendência era conduzir devagarinho, agora com o piso mais direitinho a tendência é acelerar. Agradeceu à Senhora Vereadora pela disponibilidade que teve em abrir o Museu e permitir a entrada de um grupo de motards no Museu do Vinho. Agradeceu também aos funcionários pela receção. Referiu que conseguira desviar do Calça Curta esse Grupo, durante o fim-de-semana, visitaram a Ferradosa (a seu ver uma zona idílica) e, na sequência do que havia dito o Senhor Vítor Tomé, a ideia deles era virem almoçar e ficarem por São João da Pesqueira, mas não conseguiram por falta de alojamento. Concluiu dizendo que o Executivo não tem capacidade, nem condições para construir um hotel, sugerindo que todos devemos pensar nessa situação e minimizar esse problema.

Na qualidade de patrocinador do atletismo, porque há atletas com muito potencial e neste campo os professores fazem um trabalho fantástico, desejou que a pista de atletismo fosse uma realidade em breve. Deixou, ainda, um alerta em

relação ao fontanário do Parque da Devesa. Alertou que o fontanário não tem proteção, havendo o perigo de uma criança cair lá dentro.

Questionou o Executivo para saber para quando estava prevista a finalização da obra das Bateiras, já que é a porta de entrada do Concelho. Na sua opinião vê-a como a porta lateral, a porta dos fundos, pois considera ser a Ferradosa a porta de entrada do concelho. Por fim, questionou se o serviço do Dentista do Centro de Saúde já não estava disponível e se era uma situação momentânea ou definitiva.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que o deputado tinha tocado num ponto sensível a todos, a questão da defesa da democracia.

O Senhor António Balça interveio, de seguida, parabenizando o Executivo pela chegada do Ensino Superior à Pesqueira. O curso será técnico de Cozinha e Produção Alimentar, e disse esperar que, no futuro, outros cursos venham a ser ministrados. Referiu que essa evolução não acontece por acaso, até porque o Senhor Presidente não espera que as coisas aconteçam. Antes, trabalha para as conseguir!

Na prossecução da sua intervenção, e porque São João da Pesqueira foi distinguida por uma Associação por apoiar famílias em situações de vulnerabilidade, pediu ao Senhor Presidente explicação sobre o assunto. Solicitou, também, informação sobre a descentralização de competências nas áreas da saúde, da educação e da ação social. Colocou, ainda, uma questão relativamente à esplanada do Café "Douros Bar", o qual se encontrava encerrado, estando a mesma a ocupar espaço desnecessário, tirando lugares de estacionamento.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que este pudesse responder às questões colocadas. O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou os presentes agradeceu a presença de todos em especial à representante da freguesia de Paredes Sandra Trindade por estar pela primeira vez na Assembleia. Agradeceu a presença de todos os deputados e Presidentes de Junta presentes nas comemorações. Comunicou que estão a avançar a bom ritmo as obras da Ferradosa, bem como as da requalificação da EN 222-3 e da Zona Industrial. Quanto à rearborização da Avenida referiu que houve necessidade de cortar árvores uma vez que devido ao seu porte e por serem desadequadas ao local, estavam já a danificar passeios e a invadir varandas, tendo a camara recebido várias queixas por parte dos moradores. Vão ser substituídas por outras da espécie Lagerstroemia, adequadas ao local, e a rearborização teve por base uma candidatura aprovada de trinta e um mil euros. Na outra parte, a ponte, no início da Avenida, a Câmara está a tratar das árvores mediante a administração de produtos que minimizem a emissão de resíduos nas ruas e automóveis. Informou que no dia 14 de maio terá uma reunião com o senhor Ministro do Ambiente a propósito da problemática da escassez de água que se prevê para o futuro e das várias formas de reter e captar água para fazer face à seca que vimos a atravessar. Referiu, ainda que o CTESP com o IPG vai avançar com cerca de 20 alunos. Mais referiu que terá início dia 5

de maio o Concurso Nacional de Vinhos no concelho promovido pela Associação de Municípios Portugueses do Vinho. Respondendo ao senhor Vítor Tomé, esclareceu que não compete à Câmara resolver o problema da falta de quartos, mas sim tudo fazer para a captação de investimento nessa matéria. Quanto à Mata do Cabo, referiu que no horário de Verão a Mata do Cabo tem segurança toda a noite, mas no horário de inverno está aberto apenas até às 19h. Para além desse horário existe afixado um folheto com um número de telefone.

Quanto às questões do Senhor Frederico Selores, o Senhor Presidente explicou que a empreitada foi adjudicada para a pavimentação e drenagens e não para as guardas (o que acontecerá em empreitada à parte, bem como as pinturas) tendo-se optado por dividir e espaçar no tempo para obter melhores preços e porque a lei o permite, sob pena de não chegarem dois milhões de euros. Esclareceu que, na verdade, a obra terá para além do custo inicial na pavimentação de oitocentos e setenta mil euros, um custo superior, dada a necessidade de mais massas para corrigir ou desempenar a estrada, o que orçará em cerca de um milhão de euros.

Relativamente ao campo de futebol de onze, respondeu que as bancadas e balneários, bem como a pista de atletismo, estão previstos em orçamento (cerca de cem mil euros) não sabendo ainda se vai avançar com tudo ou apenas construir os balneários e as bancadas, uma vez que só a pista de atletismo custa à volta de 100 mil euros.

Quanto ao fontanário do Parque da Devesa, o Senhor Presidente referiu que nunca teve a perceção de que fosse perigoso, pois tem uma altura de mais de 50 centímetros. Prosseguiu, dizendo que a Obra das Bateiras estava em fase final. Quanto ao médico dentista, o ACES informou que tem já novo médico para vir ocupar o lugar, dando assim continuidade ao serviço.

O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor António Balça os elogios, frisando que que, há tempos, a Ordem dos Psicólogos havia distinguido o Município de S. João da Pesqueira pelo apoio ao envelhecimento. Quanto à esplanada do Douros Bar, informou que a fim de ser rearmorizado aquele local a mesma será parcialmente levantada e que o proprietário está em vias de arrendar o espaço e voltar a funcionar. Quanto às matérias de descentralização de competências referiu que a Ação Social (RSI e SAAS) está a correr bem. Relativamente à Saúde informou não ter havido prejuízo, sendo que o mesmo não acontece na Educação, onde há prejuízo de valores recebidos face às reais necessidades e gastos do município, mas sublinhou que essa era uma aposta assumida na Educação.

O Senhor Vítor Tomé pediu de novo a palavra, para lembrar que na última sessão de Assembleia terá dito que oitocentos mil euros não chegavam para as obras da EN222/3.

Não havendo mais inscrições deu-se por encerrado o período de antes da ordem do dia.

Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente do Executivo se pretende fazer um resumo dos pontos da ordem de trabalhos ou se irá fazer apenas uma introdução a cada ponto antes de dar a palavra aos membros da Assembleia.

De seguida abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendam intervir sobre o primeiro ponto da ordem do dia.

Inscreveram-se o Senhor Joaquim Carvalho e a Senhora Maria de Lourdes Costa.

O Senhor Joaquim Carvalho cumprimentou os presentes, pedindo desculpa pelo seu atraso. Pediu para informar sobre as reuniões que teve na CPCJ. Começou por dizer que no dia vinte e seis de abril e, anteriormente, no dia vinte e oito de março houve reuniões da Comissão alargada da CPCJ. Relativamente à reunião de março, salientou a comemoração do mês de abril, mês da prevenção dos maus tratos. É da opinião que os vários programas poderão ser aproveitados tanto pela Autarquia como pelas Junta de Freguesia, bem como pelas Associações Recreativas, como é o caso do programa "Agora Nós" de voluntariado jovem da Natureza e Florestas, Férias em Movimento e Geração Z. Aludindo à reunião de abril, disse que fizeram um balanço do mês da prevenção dos maus tratos na infância, tendo sido feita uma apresentação pela Presidente do colóquio.

Quanto à Atividade, questionou em que ponto estava a situação do levantamento feito em Ervedosa e Pesqueira e se era intenção adquirir as habitações, se tal seria viável ou não.

Referindo-se à Festa «Saberes e Sabores do Douro» disse ter sido mais uma edição onde houve uma ampla divulgação dos produtos e onde se nota, em termos de economia local, que os pequenos empresários conseguem vender ali os seus produtos. Disse, também, ter ideia de (no tocante à Feira) o volume de negócios será muito maior na «Feira dos Saberes e Sabores» do que na Vindouro, pelo que se justificaria, assim, um investimento maior. Referiu que no último dia, fruto também de uma atividade desportiva, estiveram na Feira 400 Participantes.

O Senhor Joaquim Carvalho prosseguiu a sua intervenção dando os parabéns ao Executivo pelas Férias Desportivas com o «Fixolas», oferecendo assim atividades nas pausas letivas e perguntou se havia noção do número de participantes.

Relativamente ao desporto referiu que os números falam por si, tendo pedido o alargamento do ginásio na piscina municipal. Referiu que as aulas de treino de natação e hidroginástica representam 30% da utilização, e, por isso, estava na altura de se começar a pensar na construção de um tanque de aprendizagem, porque as atividades das 18 às 19h impossibilitam que o tanque grande seja utilizado de forma normal e essa utilização (que são as aulas de hidroginástica) impossibilitam usar a totalidade do seu comprimento, também obriga as aulas a começarem mais tarde e impossibilita as crianças de fora do Concelho de participarem na escola de aprendizagem de natação, inclusive na natação promovida pelo Durius. Sugeriu que comesçassem a divulgar o número de utilizadores que utilizam o campo de futebol de 11 sintético.

Mudando de tema e em jeito de finalização, sublinhou que a Obra da Ferradosa havia finalmente começado. Realçou, ainda, as Bateiras, não como porta de

fundo, mas como entrada principal porque cerca de 80% de todo o tráfego que entra e sai no Concelho passa pelas Bateiras. Ainda no que concerne a ambas as Obras, considerou que finalmente são uma realidade, pese embora o atraso de muitos anos.

A Senhora Lourdes Marinho interveio, dizendo que poucas vezes se refere à atividade municipal, pois é o relato do que vem sendo feito. No entanto, desta feita, entendeu por bem chamar a atenção do facto de estar prevista a construção de dois apartamentos no edifício da escola (agora desativada), destinando-se os mesmos a pessoas que tenham sofrido de violência doméstica ou que tenham que ser acolhidas com premência. Tem-se referido, em outras Assembleia, que se deveria fazer uma casa de raiz de apoio às vítimas.

Alertou para o cuidado que o assunto exige, mesmo em termos de sigilo, uma vez que as vítimas (que não podem ser do Concelho) devem ser acolhidas com a maior proteção e discrição. Prosseguiu, dizendo que sempre havia sido defensora de um centro de acolhimento temporário. Disse estar ciente que um centro de acolhimento engloba mais custos, mas uma vez que há poucos nos concelhos limítrofes louvou a iniciativa.

Dentro do programa, o mesmo assunto da ação social, questionou se já foi feito um levantamento no Concelho das casas que estavam devolutas ou degradadas, com o intuito de serem adquiridas ou reabilitadas. Mencionou, a título exemplificativo, um T3 e duas habitações na Vila e uma habitação T3 em Ervedosa e outro T2, perguntando se já estavam adquiridas e qual a dimensão do Projeto. Ainda relacionado com a proteção civil enalteceu as várias formações muito bem organizadas pela CIMDouro, não só ao nível da proteção civil, como também ao nível dos Bombeiros, e apelou ao Senhor Presidente que lhe fosse esclarecida uma dúvida porque, segundo disse, consta que há um comandante operacional municipal, sendo que gostava de saber (porque o Presidente da Proteção Civil obrigatoriamente é o Senhor Presidente da Câmara) se realmente há um comandante municipal e como funciona.

Prosseguiu o seu raciocínio aludindo ao início da Obra da Ferradosa, mas focou a sua intervenção sobre as Bateiras: "falha muito ao nível de segurança, porque as obras vão diretamente ao rio. Podem dizer-me assim, não pode haver nenhuma vedação na face do rio, concorda e discorda, pode haver vedação para proteção e é útil", concluiu.

Nos dizeres da mesma, "uma criança anda ali na brincadeira e pode haver um descuido, tem os passadiços em madeira e não tem um corrimão do lado do Rio Torto, sendo uma extensão muito grande e está completamente sem segurança nenhuma". Referiu, ainda, outra coisa que a deixa muito apreensiva e desgostosa: o facto de "aquilo se estar a transformar no cais das dragas do Senhor Benjamim", coisa que não embeleza o local.

De seguida tomou a palavra o Senhor Presidente do Executivo para responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara começou por dizer que tinha tido informação dos Serviços que começaram a cobrar licenças de esplanadas, porque consideraram o despacho caducado no âmbito da Covid.

Quanto às questões colocadas no âmbito da ação social e habitação, referiu que está tudo no plano da estratégia local da habitação. Mais informou que, com a ajuda dos Presidentes de Junta, começaram a identificar património devoluto ou disponível que pudesse vir a ser adquirido. O próximo passo seria entrar em contacto com os proprietários para perceber se interessa, ou não, a compra e se os valores também se justificam. Agradeceu à Senhora Lourdes Marinho a partilha de opinião.

Quanto ao tanque de aprendizagem, o Senhor Presidente disse que entende ser uma boa proposta, mas há que fazer opções, pois o dinheiro não estica, e lamentou não poder fazer tudo o que gostariam, sob pena de endividar a Câmara. Justificou, aludindo à atividade seguinte, onde no campo da prestação de contas, seria possível constatar que o ano transato havia sido muito exigente. Quanto à questão suscitada pelo senhor Frederico Selores e Joaquim Carvalho acerca das portas do Concelho, reconheceu que ambos tinham razão, e por isso mesmo a Câmara apostou nos dois locais que são, na verdade, as duas principais portas do Douro para o Concelho.

Relativamente à questão da segurança dos passadiços e gradeamentos na Obra das Bateiras, esclareceu que a Obra foi objeto de vários pareceres positivos, pelo que a segurança estará assegurada.

Quanto à questão do Comandante Municipal da Proteção Civil esclareceu que não existe à data, existia sim antes de 2017, no mandato anterior, que era o Pedro Teixeira, que saiu por término do contrato. Referiu que, atualmente existem dois técnicos da Proteção Civil: o Fernando Martinho, na qualidade de prestador de serviços, e o Jorge Veiga, no âmbito de um programa do IEFP.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2022.

O Senhor Presidente referiu que no documento estava o resumo sobre a prestação de contas do exercício de 2022, reforçando que encaram o ato de “prestar contas” como algo de grande importância para garantir a transparência e integridade na gestão dos recursos públicos que lhes foram confiados, com o objetivo de fortalecer a confiança dos cidadãos nos órgãos municipais e na democracia local. Por essa razão, quiseram assegurar, desde sempre, uma gestão municipal mais transparente, rigorosa, sustentável e democrática, que atenda às necessidades e expectativas dos cidadãos e contribua para o desenvolvimento sustentável do concelho, prossequindo, sempre, em primeira linha, o interesse público, sem perder de vista o necessário equilíbrio das contas públicas, garantindo que se realizam os investimentos prioritários para o concelho e se aposta nos setores estratégicos para o concelho, como a Educação, a Agricultura e o Turismo, sem nunca esquecer as pessoas, em particular os mais idosos e os nossos jovens. Assim, à semelhança do referido no ano anterior, frisou que as decisões estratégicas, como a aprovação dos orçamentos, investimentos,

financiamentos, mapas de pessoal, apoios a entidades terceiras, entre outras, foram sempre aprovadas, senão por unanimidade, por uma larga maioria dos eleitos, estando convictos que foram as que melhor serviram o interesse das populações e que os resultados económico-financeiros são um reflexo de uma política centrada no desenvolvimento do concelho e da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Salientou que o ano de 2022, do ponto de vista económico, financeiro e social, foi novamente um ano muito desafiante. Depois do pico da pandemia provocada pela Covid-19, surge um conflito na Ucrânia de dimensões nunca antes vistas depois da 2.ª Guerra Mundial. A quebra das cadeias de abastecimento provocada pela pandemia, aliada à guerra na Ucrânia, gerou impactos significativos em todo o mundo, incluindo custos mais elevados para todas as instituições, empresas e pessoas. As consequências desta crise afetam diversos setores e atividades económicas, repercutindo-se na capacidade de investimento e planeamento a curto e médio prazo. Desde logo, verificou-se um aumento significativo dos preços de diversas matérias-primas, como gás natural, petróleo e metais. Estes aumentos de preço tiveram um forte impacto em todas as entidades públicas e privadas, não sendo o município de S. João da Pesqueira exceção. Por essa razão os gastos em geral sofreram um aumento significativo, sendo que, no caso da energia, transportes, combustíveis, matérias-primas e empreitadas, verificaram-se variações significativas. Referiu, a título de exemplo, que em 2017, quando começaram a gerir a Câmara, gastavam cerca de noventa mil euros de combustível e hoje gastam cerca de cento e cinquenta, cento e setenta mil euros (agora também têm mais máquinas). Portanto, mais despesa, com muito serviço sem recorrer a empresas externas, sendo que em 2022 tinha havido um aumento de quase noventa mil euros, que o município gastou, em energia, mais 189.710 euros face a 2021, sendo que os gastos com combustíveis aumentaram 83.541 euros. Salientou que, apesar de tudo e, ao contrário de outros municípios, conseguiram manter e concluir as empreitadas em curso, sem que houvesse “abandono” das mesmas por parte dos empreiteiros, apesar de sujeitos a revisões de preços que aumentaram o valor final das mesmas, em alguns casos mais de 10% do preço inicialmente contratado. A água, permitiu uma poupança significativa no custo de aquisição de água em alta (menos 131.923€), fruto do trabalho desenvolvido na procura ativa de perdas, tendo o município de S. João da Pesqueira sido um exemplo nacional nesta matéria. Por outro lado, lembrou as inúmeras oportunidades a curto e médio prazo, sendo de destacar o facto de o Douro ser Cidade Europeia do Vinho em 2023, situação que trará uma oportunidade para a valorização dos produtos endógenos e para o crescimento do turismo na região. Também S. João da Pesqueira, por ter sido escolhida para acolher o 3.º Concurso Cidades do Vinho 2023, promovido pela AMPV, tem aqui um justo reconhecimento pelo trabalho realizado na promoção e valorização do território. Referiu que, da mesma forma, estão em curso investimentos estratégicos no concelho, nomeadamente a requalificação da EN 222-3 (Pesqueira-Ferradosa) e requalificação da zona ribeirinha da Ferradosa, a expansão da Zona Industrial, a criação de uma Loja do Cidadão e a conclusão das empreitadas de requalificação das Bateiras e da *Praça de Ervedosa*, em Ervedosa do Douro. No que se refere aos resultados orçamentais, destacou, em primeiro lugar, que o Grau de Execução Orçamental da Receita foi de 87%, praticamente idêntico ao de

2021 em termos percentuais, mas superior em 79.678 euros, em termos absolutos. Não obstante, este ligeiro aumento da receita, as transferências do OE, em particular o FEF corrente, de capital, o IVA e o mecanismo do artigo 35.º do RFALEI diminuíram 392.435 euros, face a 2021. Esta situação, aliada ao aumento significativo dos gastos dos bens e serviços, levou a que 2022 fosse um ano de extrema exigência no sentido de garantir a execução das empreitadas, o cumprimento do plano de atividades e, ao mesmo tempo, a manutenção dos níveis de apoio às famílias e instituições. No que se refere à taxa de execução das Grandes Opções do Plano, realçou a taxa de execução de 82,4%, ligeiramente inferior à de 2021 (85,5%), situação que se deveu essencialmente ao atraso na execução de três empreitadas de elevado montante e que se encontravam já aprovadas em 2022: EN 222-3; Expansão da Zona Industrial e Loja do Cidadão. Não obstante, entende que a esmagadora maioria dos resultados pretendidos foram alcançados, destacando:

O Turismo, um investimento de 797.165 euros, realçando-se o projeto para requalificação das Bateiras (625.162 euros), a participação em Feiras Temáticas (77.183 euros) e a Requalificação de Miradouros (33 880 euros);

O investimento de 600.560 euros na Educação (sem contabilizar funcionários, viagens de estudo, economato, energia, gás, eletricidade, etc.), onde se destacam os Transportes Escolares (191.278 euros), o Programa de Serviços de Refeições e Prolongamento de Horário (160.530 euros), o Programa de Combate ao Insucesso Escolar (46.728 euros), as refeições do Agrupamento de Escolas no âmbito do processo de descentralização (46.249 euros) e a atribuição de bolsas de estudo (39.708 euros), a Oferta de livros e material escolar (37.056 euros);

O investimento de 621.602 euros na "Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca" com destaque para a realização da Vindouro 2022 (429.820 euros) a pavimentação e reabilitação de caminhos agrícolas e rurais (149.293 euros) e os subsídios a associações de agricultores, de caça e pesca (37.792 euros);

A "Cultura" com 584.466 euros de despesa executada, destacando-se a realização da Festa de S. João com uma despesa de 122.108 euros, a atribuição de subsídios a Associações Culturais e Recreativas (69.982 euros), a Festa da Senhora do Monte com 42.035 euros, a execução das candidaturas Pesqueiranima (31.812 euros) e Lua D´Ouro (18.364 euros) e a organização da Festa dos Saberes e dos Sabores (33.156 euros);

No Ordenamento do Território a execução de 417.407 euros em empreitadas de requalificação de Espaços Públicos;

No âmbito dos Resíduos Sólidos a aquisição de uma nova viatura de recolha de RSU`S (196.789 euros);

"Transportes Rodoviários" (176.305 euros), com realce para a pavimentação de arruamentos em diversas freguesias (168.816 euros);

A atribuição de subsídios às associações humanitárias dos Bombeiros Voluntários do concelho no montante de 123.510€, referentes a apoios para despesas correntes, despesas de investimento e financiamento das EIP`S;

Obras no Edifício dos Paços do Concelho com um valor de 126.940 euros;

No âmbito do Desporto, a empreitada no âmbito da candidatura ao BEM – 2.ª fase (95.037 euros) e a atribuição de subsídios a Associações desportivas e recreativas (27.899 euros);

Para apoios a comissões fabriqueiras, destaque para a atribuição de 87.429 euros para obras de restauro em igrejas e capelas;

Na “Ação Social” executou-se um total de 77.983 euros de despesa, com destaque para os subsídios a IPSS`S no valor de 59.295 euros;

Na “Habitação”, o Apoio à beneficiação de habitações de famílias carenciadas, com uma execução total de 57.815 euros;

Os pagamentos da compensação para a Carreira Pública (298.953€ euros e o projeto “Pesqueira Empreende” (60.931 euros);

Por fim, relativamente a Outras Funções (830.149 euros), realizou as transferências para as freguesias, no valor de 757.626 euros.

Face ao exposto, referiu que o investimento realizado em 2022 foi de 2.343.138 euros.

No que se refere à Dívida Total, foi destacado que ela se situa, em 2022, em 7.391.809 euros, ainda assim bastante inferior a 2017, mesmo com a realização dos grandes investimentos que vêm sendo realizados nos últimos anos e com a utilização dos empréstimos anteriormente aprovados. Os gastos com pessoal aumentaram 150.856€ em relação a 2021, não obstante a redução de 3 trabalhadores, situação que se deveu ao aumento do salário mínimo e às atualizações das remunerações dos trabalhadores. Para 2023, a gestão do município estará atenta ao impacto da guerra na Ucrânia, tanto no aumento dos preços dos bens e serviços quanto na conseqüente necessidade de otimizar atividades e apoiar as famílias mais vulneráveis. Espera-se também um aumento considerável dos juros e dos gastos do município com financiamento, o que representa desafios significativos para a gestão orçamental e financeira.

Foi ressaltado que, tendo o município capacidade de endividamento, poderá utilizá-la para garantir a execução dos investimentos estratégicos, principalmente aqueles que são financiados com fundos comunitários, especialmente no âmbito do PRR e do Portugal 2030.

Em termos de investimentos e atividades previstos para 2023, pretende-se concluir os investimentos em curso e iniciar a expansão da zona industrial, a requalificação da EN 222-3, a criação do Espaço do Cidadão, a colocação de bancadas no Campo de futebol de 11, bem como a realização de diversas obras de manutenção e requalificação de caminhos rurais, muros e outros arranjos nas diversas freguesias do concelho.

Foi mencionado que se está ciente dos desafios enfrentados, mas entende que, apesar das dificuldades, estão comprometidos em apoiar todas as pessoas e defender os interesses do concelho, como sempre fizeram desde o primeiro dia, trabalhando incansavelmente para encontrar soluções e atender às necessidades da comunidade, garantindo o máximo de investimento, bem-estar e prosperidade para todos.

Após a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, o Senhor Presidente da Assembleia solicitou que fossem entregues os documentos do Revisor Oficial de Contas e que fosse feito um intervalo para analisá-los. Ele lembrou que o Relatório é apenas informativo e que pode ser apreciado, mas não deve ser votado.

O Senhor Presidente da Câmara afirmou que todos os anos é necessário relembrar que existem três documentos: a Certificação Legal de Contas, o Relatório e Parecer, e o Relatório Semestral, sendo este último referente a dezembro, que nos chegou recentemente. Mencionou a importância de compreender o orçamento na lógica orçamental e o orçamento na lógica patrimonial. No relatório da auditoria das contas existem reservas, como a falta de inventário de todos os bens, que já estão a ser feitos, mas é um processo desafiador. Destacou que existem duas notas que vêm de anos anteriores e que nenhuma Câmara Municipal cumpre, reconhecendo que isso não é uma desculpa, mas é evidente que ninguém consegue cumprir em curto prazo. A Câmara, das poucas, tem já aprovadas as normas de controle interno e o plano de gestão contra a corrupção, obrigatório num período de transição até 2024, mas é necessário fazer um relatório sobre como os pagamentos estão a ser feitos, algo que é difícil e poucas câmaras ou nenhuma o faz, pois ou se faz com recursos internos e significa que alguém se fiscalizasse a si mesmo, o que não se pretende, ou exige a contratação de serviços externos para realizar essa tarefa.

A Senhora Lourdes Marinho expressou que era um absurdo o documento ter sido entregue em cima da hora.

O Presidente da Assembleia esclareceu que o documento era meramente informativo e poderia ser adiado para uma sessão posterior, sem nenhum problema. Novamente, a Senhora Lourdes Marinho afirmou que o documento deveria ter sido disponibilizado para análise com mais antecedência. Argumentou que, independentemente do conteúdo, qualquer documento relacionado à atividade da Câmara deveria ser estudado. Sugeriu que o documento fosse retirado da reunião, pois não haveria tempo suficiente para uma análise adequada. Enfatizou que ninguém seria capaz de ler um documento com três páginas, quanto mais um com mais páginas, e propôs que ele fosse analisado em uma reunião posterior. O Presidente da Assembleia concordou, destacando (novamente) que o documento não seria votado e poderia ser submetido em uma reunião futura, normalmente associado à atividade municipal, para que os membros se pronunciassem sobre ele, a menos que a lei exigisse sua apreciação. O Presidente da Câmara explicou que apenas tiveram acesso aos documentos na segunda-feira para a reunião de Câmara, que também foram fornecidos com pouco tempo e em cima da hora. Mas enfatizou que a certificação legal de contas deveria ser apresentada naquela ocasião, e o relatório que chegou apenas no dia anterior era uma folha, mas que exigia apenas dois minutos para ser lido. Mencionou que o relatório semestral do auditor, datado de 24 de abril, foi apresentado naquele dia, permitindo que os membros da assembleia discutissem sobre ele, se desejassem, ou a possibilidade de discuti-lo numa próxima Assembleia. O Presidente da Assembleia agradeceu ao Presidente da Câmara e colocou à consideração da Assembleia se seria justificado adiar a discussão daquele documento para a sessão de junho, ou realizá-la naquele dia.

Tendo-se inscrito, o Senhor Joaquim Carvalho questionou porque é que os membros da Assembleia só tiveram acesso ao documento após 4 dias. O presidente da Câmara concordou que eles deveriam ter recebido o documento

antes e admitiu que pode ter ocorrido algum lapso nesse aspeto. Referiu que todos na Assembleia conheciam aquele documento, não é uma novidade, afirmando que ele não poderia ser tratado de forma tão simples. Explicou que, de acordo com a lei, o documento deve ser apresentado à Assembleia, e se não tivessem tempo para analisá-lo naquela ocasião, poderiam discuti-lo numa próxima reunião no período de antes da ordem do dia.

O Presidente da Assembleia reiterou que o documento era apenas informativo. No entanto, a Senhora Lourdes Marinho afirmou que tinha sido "bem clara, estas quatro, enviadas dia 25 de Abril são fáceis de interpretar, mas as que querem distribuir, agora, na reunião, são dezanove".

A minha dúvida é maior, se o documento é apenas informativo, então é melhor demitir o Revisor de Contas. Vamos ver, sejamos sérios, qualquer documento é útil para nos esclarecer, para tirar dúvidas e nos ajudar a analisar o documento de gestão. Se acham que 19 páginas, que só recebemos agora, são insuficientes, então é melhor que forcem o Revisor de Contas a ser demitido. Como analisar tudo em 5 minutos, como o Presidente da Assembleia propôs?"

O Presidente da Assembleia esclareceu que não mencionou que seriam apenas 5 minutos.

A Senhora Maria de Lourdes Marinho observou: "Vamos lá ver, não era um intervalo de uma hora. Não iria dizer que dava uma hora para analisar um documento, sejamos corretos. Agora temos que perceber se é um documento necessário. Para isso, escolheu-se o Revisor de Contas, que é necessário para ajudar a sermos sérios naquilo que estamos a avaliar. Não é dizer que está tudo bem ou não está. É preciso saber o que lá está e o que não está. Se não for um documento para nos ajudar, mais vale não termos Revisor de Contas."

O Senhor Presidente da Assembleia colocou novamente à consideração da Assembleia a questão relacionada com o Auditor Externo. Explicou que a estrutura do relatório é conhecida, uma vez que tem aparecido em outros semestres, mas o conteúdo é novo, referente ao segundo semestre do ano passado. Sugeriu fazer um intervalo para que os membros da Assembleia tivessem tempo de ler o documento com calma. A proposta foi submetida a votação, sendo aprovada. Assim, o documento seria analisado naquela mesma reunião, pois havia maioria de dois terços a favor. A Assembleia pronunciou-se com 14 votos a favor da análise imediata, duas abstenções e quatro votos contra. Foi decidido fazer um intervalo de 20 minutos para distribuir o documento e permitir que os deputados se pronunciassem sobre ele.

O Senhor Presidente da Câmara expressou a sua opinião, dizendo que todos deveriam ter um pouco mais de tolerância em relação às ideias e opiniões dos outros. Esclareceu que o relatório semestral é para ser dado a conhecer aos membros da Assembleia, mas não precisa de ser apresentado imediatamente após o período em questão, mas sim dentro do prazo estabelecido. Disse que o documento não seria votado na Assembleia, mas antes, discutido por quem entendesse e sugeriu que fosse abordado por quem pretendesse numa próxima sessão, durante o período de antes da ordem do dia, se assim entendessem.

Foram abertas inscrições para quem desejasse intervir sobre esse ponto, tendo-se inscrito a Senhora Maria de Lourdes Costa e António Balça. A Senhora Maria de Lourdes Costa aproveitou para questionar o Presidente: "Já agora, senhor presidente, esse documento que ainda não recebi e está a ser distribuído tem data de dezembro, certo?" O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que o documento se refere ao segundo semestre do ano passado.

A Senhora Lourdes Marinho disse não entender a razão do envio do primeiro resumo (4 folhas) e não terem enviado também estas dezanove folhas.

Sobre o documento do ROC, continuou dizendo que foi apenas para dar conhecimento, mas no seu entender havia duas possibilidades: "ou isso veio dia 24 e foi dada informação daqui, porque o Revisor de Contas não veio cá (essa é a sua opinião), porque está textualmente igual ao que está escrito na certidão do Senhor Paulo Tolda.

Depois, o que acontece é uma defesa, porque o Revisor de Contas sempre se defende, dizendo que, ou não tiveram todos os documentos disponíveis, ou que, de acordo com a lei, só pode dizer isso ou aquilo, por isso, sobre esse documento, tudo já foi dito. Não confiem nele porque reflete precisamente o que o Doutor Paulo Tolda escreveu na certidão enviada, atempadamente, à Assembleia".

A Senhora Maria de Lourdes frisou que uma das coisas que lhe chamou logo à atenção numa primeira análise foram os gastos excessivos em festividades, representações em feiras e outros eventos, despesas com pessoal muito altas e despesas em aquisições de bens e serviços também muito altas. Depois, salientou, o pedido de empréstimo que foi feito para obras nas freguesias, no valor de novecentos e sessenta e sete mil seiscentos e vinte e oito euros. Nos dizeres da mesma, "foi muito útil para este orçamento, porque desses novecentos e sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e três mil foram retirados para evitar déficit no final". Continuou dizendo que, se não fosse por isso, haveria um déficit muito maior, na ordem dos quatrocentos e quarenta e cinco e quatrocentos e trinta e oito negativos. Por fim, quis saber quais foram as obras nas freguesias que já foram executadas, além das Bateiras, da Ferradosa e algumas outras, uma vez que o empréstimo havia sido contraído para Obras nas Freguesias. Concluiu, dizendo que a Câmara, de 2017 até 2021, recebeu quatro milhões de euros de reposições, não fez as festas por causa da pandemia e arrecadou esse dinheiro. E questionou: então, porque é que o endividamento está a aumentar todos os anos?

A Senhora Maria de Lourdes continuou a explicar o seu raciocínio, dizendo que "a taxa de execução foi boa, atingindo 82,4%. Com esses resultados, ainda há capacidade de endividamento. No entanto, há um total de 1.864,141 euros em compromissos pendentes para o ano de 2022, que serão refletidos em 2023. Essa informação está descrita na página 68. O orçamento foi agravado devido à aquisição de bens e despesas com pessoal. Atualmente, a Câmara possui uma margem de endividamento de 20%, o que corresponde a 1.573.012 euros em possíveis empréstimos para o ano de 2023. Esperamos que não seja necessário solicitar empréstimos. É importante continuar a ter parcimónia nos custos. Na página 211, é informado que o passivo é de 8.789.871,88 euros".

Mudando de tema, levantou uma questão relacionada com os valores protocolados para pagamento às IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social). Para sua surpresa, a IPSS de Ervedosa não aparecia nos registos. Referiu que essa IPSS enfrentava alguns problemas, tendo havido já várias reuniões entre eles e a Câmara. Prosseguiu, dizendo que “a falta de crianças em Ervedosa é um problema grave. É uma tristeza porque, enquanto a Câmara cumpria o protocolo com a AITIED, essa instituição era criticada por outras IPSS, devido à busca antecipada dos alunos. Mas esses alunos ajudavam a aumentar o número de estudantes em Ervedosa, evitando o encerramento da escola”. Na sua opinião, esse foi um dos motivos para o não encerramento da escola, e notou que a falta de pagamento do protocolo com Ervedosa já dura há dois anos, sem uma justificação clara.

A Senhora Maria Lourdes Marinho prosseguiu, dizendo que, ao analisar os Mapas Gerais de Bens, se deparou com algumas aquisições que a surpreenderam. Embora seja compreensível que haja aquisições de bens para o funcionamento dos escritórios e das Atividades da Câmara, disse ser preocupante vê-los sendo feitos num momento de contenção. Citam-se muitas aquisições de funcionários responsáveis por esses bens: o Senhor Manuel Cordeiro compra telas e pinturas, provavelmente para decorar os Gabinetes, a Senhora Cármen Susana também faz gastos semelhantes. Já o Senhor José Luís Rodrigues e o Senhor Paulo Tolda gastam menos, mas disse haver nos Gabinetes muitos itens supérfluos, que denotam luxo e exagero.

Em relação aos subsídios concedidos para Ação Social e outras áreas, a Senhora Maria de Lourdes frisou que a verba de 334.355 euros é destinada a ajudar a cultura e a ação social. No entanto, acredita que a assistência social é insuficiente, uma vez que as famílias estão a enfrentar muitas dificuldades. Referiu os vales de natalidade e os subsídios para propinas como positivos, apesar de haver outras necessidades que precisam ser atendidas. Sugeriu que as Juntas de Freguesia recebam pagamentos mensais para distribuir esses subsídios ao longo do ano, em vez de recebê-los de uma só vez. Essa abordagem permitiria uma gestão mais adequada e um melhor direcionamento dos recursos.

O Senhor António Balça, tomou a palavra, concordando plenamente com o ponto 4 do sumário executivo e elogiou o exemplo dado pelo Senhor Presidente. Disse acreditar que a taxa de execução está em torno de 86%, em vez dos 82% mencionados. Apesar das dificuldades conhecidas, como a pandemia, conflitos e inflação, o Senhor António Balça destacou que nenhuma obra foi interrompida e parabenizou o Executivo pelo desempenho, declarando que iria votar a favor. De seguida, o Senhor Presidente do Executivo agradeceu ao Senhor Balça e afirmou que, já por diversas vezes, nas Assembleias havia ficado na dúvida se a Senhora Lourdes Marinho pretende que lhe sejam dadas respostas, porque, na verdade, ela faz afirmações e não perguntas, denotando que não pretende ser esclarecida, mas (ainda assim) faz o esforço de responder. Repetiu que na análise à prestação de contas tem de se ter em conta que: uma coisa é a lógica patrimonial, outra é a lógica orçamental, outra coisa é a contabilidade de gestão,

e assim por diante. Referiu que as pessoas geralmente entendem essas distinções, pois faz sempre questão de explicar previamente, mas a Senhora Maria de Lurdes ou não entende ou não quer entender. Nos dizeres do mesmo, "a Senhora Maria de Lurdes denota que não sabe interpretar os documentos de prestação de contas, por mais que se lhe explique, o que o surpreende por ser uma interpretação simples". Destacou que as afirmações feitas pela Senhora Maria de Lurdes de que o auditor não veio sequer à Câmara são gravíssimas, difamatórias e criminosas, e que vai comunicar esse fato, pois tem certeza de que o Revisor comparece regularmente e considerou essas afirmações muito graves.

O Senhor Presidente do Executivo reiterou que explicou anteriormente que o aumento do gasto com pessoal se deveu apenas ao aumento do salário mínimo e progressões, e que o pessoal reduziu (houve uma redução de três pessoas, face ao ano anterior). Questionou se a Senhora Maria de Lurdes esperava que pagassem menos aos funcionários do que o previsto legalmente, afirmando que isso é algo básico de se perceber. Expressou a sua perplexidade com a afirmação de que houve um aumento de pessoal, mesmo depois de ter explicado e provado no documento de prestação de contas o contrário, ou seja, que houve sim redução de três pessoas, desabafando que discutir desta forma faz com que as pessoas percam sem querer a tolerância diante desse tipo de comportamento.

Em relação ao empréstimo para as freguesias, o Senhor Presidente do Executivo afirmou que foi útil para equilibrar as contas e financiar as obras. Explicou que não utilizaram toda a verba do empréstimo, pois foram pagando as obras à medida que iam sendo realizadas nas freguesias, utilizando as receitas duodecimais conforme necessário. Ressalvou que isso é feito tendo em consideração as necessidades e os juros pagos. Mencionou que é necessário ter lata para alguém que vem de anteriores executivos do PSD local, apoiada pelas mesmas pessoas que deixaram uma dívida de oito milhões, sem obras, e uma dívida de quatro milhões com as águas, vir agora falar em dívidas e obras, quando este executivo apresenta mais obra e uma dívida muito inferior.

O Senhor Presidente do Executivo esclareceu que a capacidade de endividamento do Município nunca foi tão grande, com um mínimo de dez milhões, mas que a Lei estabelece que só podem ser utilizados 20% por ano. A lei, porém, foi alterada e (em algumas situações) os Municípios podem utilizar até 100% da capacidade de endividamento. Reforçou que, face ao trabalho desenvolvido de rigor, nunca tiveram tanta capacidade de endividamento e que essas informações estavam presentes nas páginas 181 e 182 do relatório.

Em relação à IPSS de Ervedosa, o Senhor Presidente do Executivo afirmou que, pelo que dizem os munícipes, finalmente há justiça para as freguesias e para Ervedosa, embora reconheça que sempre haverá alguém que diga o contrário. Explicou que financiaram 34% das obras das IPSS, com reforços aprovados posteriormente.

Questionou se a Senhora Maria de Lurdes estava a referir-se apenas aos 34% que não foram financiados, ou se entende que o município deve pagar mais, mesmo com o valor aprovado na candidatura PARES. Referiu, ainda, que a Câmara

Municipal está a ajudar as famílias através do pagamento do prolongamento de horário na Creche de Ervedosa.

Quanto à aquisição de bens, o Senhor Presidente do Executivo, explicou que os bens móveis referidos pela senhora Maria de Lurdes não são bens dos próprios, mas se referem a bens do município da responsabilidade do presidente, vereadores ou chefes de divisão, que se encontram nos diversos Serviços da Câmara. Frisou que o Presidente da Câmara da Pesqueira é o Presidente de Câmara do País que utiliza, por exemplo, um dos piores carros face aos utilizados por outros Presidentes, e sempre com sucessivas avarias, alertando para a necessidade de adquirir até um novo automóvel afeto ao Presidente do Município. Mencionou que as compras de mobiliário ou tapetes é feita não apenas para os políticos, mas também para os funcionários, e perguntou se queria também questionar isso. Afirmou que a Câmara nunca apoiou tanto a Educação, Saúde e Ação Social como agora e desafiou a Senhora Maria de Lurdes a comparar os valores dos mandatos anteriores com os atuais, para descortinar se há mais apoio agora ou havia antes. Em resumo, o Senhor Presidente do Executivo respondeu às interjeições da Senhora Maria de Lurdes, contestando algumas afirmações e defendendo as ações realizadas durante o seu mandato.

A Senhora Lourdes Marinho afirmou querer intervir em defesa da honra. Ressalvou que não é a primeira vez que é alvo de ataques por parte do Senhor Presidente da Câmara, que, por uma questão de respeito, deveria moderar o seu comportamento ou receber aulas de low-profile, algo que muitos políticos fazem atualmente. Em relação à Instituição de Assistência Social de Ervedosa, a Senhora Marinho esclareceu que não mencionou obras, mas sim os protocolos estabelecidos com as crianças. Questionou o fato da Câmara estar a pagar o excedente às famílias somente após o início do ano letivo, pois as crianças já não estavam lá quando o ano letivo começou, o que contribui para a diminuição do número de turmas.

A Senhora Lourdes Marinho enfatizou que o objetivo da reunião é discutir o documento em questão e esclarecer pontos que não estão claros. Essa é a posição dela. Também referiu que o Senhor Presidente estava acostumado a ter sua posição apoiada pela maioria, e que nunca vê a minoria falando algo relevante. E venceu essa posição, dizendo "o Senhor gosta daqueles que concordam totalmente, mas na Assembleia não se trata de concordar ou discordar, e sim de analisar o documento". Em relação ao ROC (Revisor Oficial de Contas), a Senhora Maria de Lourdes disse que nunca afirmou categoricamente que ele não compareceu. O que disse foi que não acreditava que a pessoa tivesse vindo a correr à última da hora para dar o último parecer sobre as quatro páginas recebidas em 24 de abril.

Tomou a palavra o Senhor Frederico Selores para repor um pouco de Justiça, esclarecendo que a Senhora Lourdes Marinho não fazia parte da Assembleia do Executivo anterior. E enfatizou que o PSD local de outrora deixou uma obra emblemática: o Museu do Vinho, que até estava a ser utilizado corretamente.

O Senhor Presidente da Câmara afirmou que, em resposta às declarações da Senhora Lourdes Marinho, não vale a pena deturpar o que foi dito. Solicitou explicitamente que fosse extraído o excerto da gravação onde a Senhora Lourdes Marinho menciona que o Auditor Externo pode agir como lhe for mais conveniente, pois ela afirma que o Auditor não veio aqui e que não se deve confiar nestas contas, sendo necessário comunicar esse facto para que o Auditor decida o que fazer.

Não havendo mais inscrições, o segundo ponto da ordem de trabalhos foi colocado a votação, sendo aprovado por maioria, com um voto contra da Senhora Sandra Trindade e cinco abstenções da Senhora Lourdes Marinho, António Froufe, Frederico Selores, João Almeida e António Costa.

Seguidamente, foi concedido um intervalo de vinte minutos para que pudessem analisar e, depois, pronunciarem-se sobre as dezanove páginas do Relatório do Auditor distribuídas na Reunião.

Quanto à Informação do Auditor Externo sobre a Situação Económica e Financeira do Município, referente a 31 de dezembro de 2022, nenhum membro da Assembleia se inscreveu para fazer considerações. Foi também dada a informação que o Senhor Presidente da Junta de Riodades tivera que sair, pois ia realizar o transporte dos alunos da escola.

Ponto 3 - Análise, discussão e votação da participação do Município de S. João da Pesqueira, no Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro e respetiva delegação de competências.

O Senhor Presidente da Câmara comunicou que recebeu uma proposta da Associação, da qual fazem parte, para transformar esta associação num agrupamento. Ele explicou que essa transformação parece ter uma implicação significativa, pois há uma previsão no Parlamento Europeu de novos projetos europeus, nos quais para os agrupamentos se podem abrir novas oportunidades. Afirmou também que a quota anual paga pela Associação é de mil euros, e que a proposta se resume, por enquanto, em transformar a Associação num agrupamento europeu, mantendo tudo o mais.

A Senhora Lourdes Marinho solicitou a palavra, afirmando que os assuntos discutidos em reunião são destinados à análise e discussão, e que é legítimo fazer perguntas quando surgem dúvidas. Ela enfatizou que o órgão presente está aqui justamente para analisar e discutir os documentos, e, portanto, todos têm o direito de expressar suas opiniões sobre o assunto. Ela esclareceu que seu voto é a favor, mas ressaltou a importância de deixar claro que sempre age dessa maneira, embora algumas vezes seja interpretada de forma contrária, de acordo com os interesses de quem ouve.

Então fazendo um breve resumo: "em junho de 1994 é criada a Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro. É uma entidade de cooperação hispano-lusa de referência no eixo do Douro e pelo Douro, com o objetivo de dar mais um passo na promoção, desenvolvimento e defesa, no âmbito dos municípios ribeirinhos do Douro da Nascente à Foz.

O Presidente da AIMRD é Artur Nunes, também Presidente da Câmara de Miranda do Douro. A transformação da AIMRD, constituiria um Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, e não apenas transfronteiriça, potenciando o eixo Douro-Douro como principal eixo de cooperação entre Castela e Leão e o Norte de Portugal. O processo passa pela elevação de proposta da Comissão Executiva ao Conselho Geral, sendo este órgão que terá de tomar a decisão definitiva sobre esta transformação. Terá depois de ter o aval da Comissão Europeia. Retoma o acordo de transformação em Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, tendo em conta o novo período de programação de fundos europeus 2021-2027 e perante as possibilidades que oferecem os regulamentos. O Público noticia em 23-03-2022 uma reunião com a Presidente da AIMRD e os 48 municípios agregados à Associação (Helena Barril) que é também a nova Presidente de Câmara de Miranda do Douro. A Presidente da AIMRD detém a presidência até 2023 que pretende transitar a AIMRD para Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) e declara que: "entendemos que podemos ser a nível europeu o primeiro ACT com abrangência territorial e não apenas fronteira, como acontece em alguns dos casos já existentes em Portugal e Espanha". A proposta da Comissão Executiva passa ao Conselho Geral, que tomará a decisão definitiva sobre esta transformação para AECT.

Nota: A AIMRD agrega 48 municípios, abrangendo dois milhões de pessoas. O rio Douro tem 897 Km de extensão, sendo 572 km em território espanhol e 213 km navegáveis em Portugal e 112 de carácter internacional, tem cinco barragens. Sobre este processo de transformação existe um Relatório final da CCDR-N.

Pocinho, Valeira, Bagaúste, Carrapatelo e Crestuma, as barragens no total Espanha e Portugal 14 barragens".

De seguida deu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara expressou surpresa diante da quantidade de preocupações levantadas, considerando que muitas vezes a pessoa em questão se absteve ou votou contra. No entanto, ele respeita a decisão tomada. Mencionou finalmente que a Senhora Maria de Lourdes não leu completamente o título ou a designação do Agrupamento, que é o "Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro".

Não havendo mais inscrições colocou-se à votação o terceiro ponto da ordem de trabalhos, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

Ponto 4 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Núcleo Local de Inserção.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto referindo tratar-se de proceder à substituição do atual representante das Juntas de Freguesia, Senhor Artur Ferreira, no Núcleo Local de Inserção, ao abrigo do artigo 22.º da Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, e a quem deixava, desde já, os agradecimentos da Assembleia pelo trabalho desenvolvido.

Informou ter chegado à Mesa apenas uma proposta do PNT para a eleição de um representante dos Presidentes de Junta, com a designação da Senhora Anabela Sousa, que constituiu a Lista A.

Procedeu-se de seguida, à referida eleição, com votação, por escrutínio secreto, tendo o Senhor Presidente da Assembleia chamado um membro de cada bancada, para se proceder à contagem dos votos.

Concluída a contagem dos votos obteve-se o seguinte resultado: Lista A - 14 votos a favor e 5 votos brancos. Foi, assim, eleita a Senhora Presidente de Junta Anabela Sousa como representante dos Presidentes de Junta no Núcleo Local de Inserção. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2, 3 e 4 a fim de terem eficácia externa, tendo sido aprovado por unanimidade.

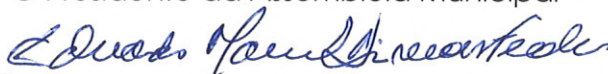
ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às 17 horas e 43 minutos, agradecendo a presença de todos e fazendo votos para que regressem a casa em paz.

Lembrou, ainda, que quem necessitasse de justificação de falta se devia dirigir à Mesa.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal



1.º Secretário

O 2.º Secretário
